

Roses, margaridas e o cultivo da luta: narrativas das mulheres do Assentamento Padre Nilo Scur, no município de Iporá-Go

Anna Lígia Alves Coelho

da Universidade Estadual de Goiás - Iporá – Brasil
annaligiac@gmail.com

Antônio Fernandes dos Anjos

da Universidade Estadual de Goiás - Iporá – Brasil
antonio.anjos@ueg.br

Resumo: A reforma agrária é um importante instrumento de emancipação social e econômica. A trajetória da luta pela terra no Brasil conta com a participação ativa e corajosa das mulheres trabalhadoras do campo, sem-terra, militantes, acampadas e assentadas. Este artigo busca compreender a relação de gênero no Assentamento Padre Nilo Scur, no município de Iporá, em Goiás, evidenciando o protagonismo feminino no processo de luta pela terra e reforma agrária, por meio das histórias de vida das assentadas. A partir de visitas, troca de diálogos e saberes, foi possível ouvir narrativas de luta, sonhos, dramas e conquistas protagonizadas por essas mulheres camponesas. Percebe-se que as mulheres assentadas têm se empoderado, rompendo com muitas das amarras que as dominaram durante séculos. Apesar de ainda enfrentarem problemas relacionados à sua condição de mulher, as assentadas demonstram boa satisfação com a evolução da sua autoestima no processo de luta e conquista da terra. A autonomia do trabalho na terra tem possibilitado o aumento do protagonismo feminino na família e na comunidade, desconstruindo-se o histórico desprezo que a mulher tem enfrentado na sociedade. A luta dessas mulheres contribuir para a ruptura da visão patriarcal imposta durante muito tempo, passando de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, nascida das novas condições de reprodução da vida.

Palavras-chaves: Luta; Terra; Assentamento; Rural; Mulher; Camponesa.

Introdução

*Plantemos a roça.
Lavremos a gleba.
Cuidemos do ninho,
Do gado e da tulha.
Fartura teremos
E donos de sítio
Felizes seremos.*

(Cora Coralina, em “O cântico da terra”)

Os versos acima, escritos por Anna Lins dos Guimarães Peixoto, mais conhecida como Cora Coralina, uma das ilustres poetisas goianas, expressam o que a terra significa para o camponês, de onde vem o sustento, a força e a felicidade. Cora foi uma mulher forte, com características peculiares que marcaram sua trajetória enquanto esposa, mulher, mãe, escritora e representante de causas sociais, sobretudo, em favor das minorias excluídas de sua sociedade. Todo seu percurso tem marcas profundas de um discurso originário e forte. Assim como Cora, existem mulheres que se engajam nas lutas sociais, seja na cidade ou no meio agrário, na lida com a terra, em assentamentos, acampamentos e comunidades tradicionais.

A mulher não quer uma posição especial, quer igualdade de direitos, sejam legais ou sociais. Isto também se estende à mulher que milita e reivindica seu direito à terra, que muitas vezes são as mais afetadas pelo preconceito no meio camponês, como Rua e Abramovay (2000, p. 25) descrevem:

As populações marginalizadas – principalmente os grupos mais pobres das áreas rurais, entre eles as mulheres rurais – são as que enfrentam maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde, assistência, informação e educação, tornando-se mais vulneráveis, devido à exclusão social em que se encontram.

No contexto interno da luta pela terra e reforma agrária, encontramos o homem, a mulher, a criança, o idoso, todos caminhando em busca dos mesmos ideais e objetivos. A figura da mulher, constantemente ligada apenas aos serviços domésticos, ao papel de esposa e mãe, esconde o fato de que ela é capaz e que atua verdadeiramente no desenvolvimento de inúmeras atividades e posicionamentos alheios a esse estigma. Para Franco García (2004, p. 146):

A separação entre homens e mulheres em distintas ocupações relaciona-se com as expectativas sociais em questão de gênero. As mulheres são vinculadas às tarefas relacionadas à reprodução e ao cuidado de outras pessoas e os homens àquelas atividades que demandam forma física e destreza ou habilidade analítica destacada e poder de mando.

O movimento de luta pela terra, assim como outros movimentos sociais populares, traz em seu bojo o enfrentamento das desigualdades sociais. No entanto, mesmo participando de um movimento social organizado, as mulheres sem-terra enfrentam a “luta dentro da luta”, uma batalha de segundo nível. Isto porque essa causa reúne sobretudo populações de cidades menores e mais ligadas ao modo de vida rural, que se apresenta ainda mais conservador que o meio urbano, com costumes e cultura

patriarcais. Nesse contexto, há atribuição de muitos afazeres às mulheres, mas lhes são negados os poderes de fala e autodeterminação. Franco García (2004, p. 50, 51), ao tratar da questão de gênero na luta pela terra, ressalta o quanto ser mulher é conflitante dentro de um sistema onde o papel do homem é dominante:

A opressão de gênero dificulta, e muito comumente impossibilita a plena participação das trabalhadoras na vida pública e política dos acampamentos e assentamentos rurais. Se bem que como classe a mulher é explorada igual a seus companheiros de luta, no entanto de forma desigual. O capitalismo se apropriou desigualmente da divisão sexual do trabalho e, à mulher, longe de emancipá-la, a explora mais ferozmente. Assim, as mulheres assentadas e acampadas que vendem sua força de trabalho o fazem em condições desiguais em relação aos homens. A subvalorização da sua participação nas atividades produtivas implica remuneração inferior para as mesmas atividades. Mostra disto é que as diárias das acampadas que trabalham em assentamentos e fazendas, ou das assentadas que trabalham na roça em lotes vizinhos, são inferiores às recebidas pelos trabalhadores que desempenham as mesmas atividades durante as mesmas horas de serviço. A percepção do trabalho produtivo da mulher como complementar e subalterno é mais uma das barreiras de gênero que as assentadas e acampadas vivenciam no seu cotidiano.

Este cenário, à medida que apresenta bloqueios para a formação de posicionamentos divergentes, impede a criação de espaços nos quais as mulheres possam discutir seus problemas. Apesar de que, na última década mulheres camponesas, assentadas, suas dificuldades no campo. Sendo assim, é de grande importância investigar a trajetória das mulheres assentadas de reforma agrária e permitir que falem por si mesmas, como propomos nesta pesquisa.

O estado de Goiás está entre os maiores produtores nacionais de *commodities*, como soja, sorgo, milho, feijão, cana-de-açúcar e algodão, com destaque também para a criação de rebanhos bovinos, suínos e equinos (IBGE Censo Agro, 2017). Simultaneamente, em Goiás estão presentes muitas pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar, sendo os assentamentos de reforma agrária uma parte significativa dessa produção, em grande parte baseada na agroecologia. Esses modos de vida contrastantes resultam em disputas mais ou menos renhidas entre os latifundiários / empresários rurais e os trabalhadores sem-terra e camponeses.

Criado em 2006, o projeto de assentamento Padre Nilo Scur¹ está localizado no município de Iporá, com algumas pequenas porções nos municípios de Amarinópolis e

¹ O nome do assentamento foi sugerido pelo Sindicato Rural de Amarinópolis em razão da morte do padre meses antes de as famílias terem obtido sucesso na luta pela terra. Muitos dos

Ivolândia², em Goiás, como representado na figura 1³. Ocupa uma área de 1.463,6 hectares, e conta com 34 parcelas, onde vivem 36 famílias. O assentamento foi instituído após dois anos de instalação do acampamento Campo Limpo, onde 103 famílias ficaram acampadas na Rodovia GO-174, sentido Iporá-Rio Verde. Algumas famílias deste acampamento foram assentadas no Padre Nilo Scur e outras encaminhadas para outros assentamentos. Durante o processo de acampamento as famílias se fixaram em alguns pontos específicos, além da rodovia, até ocuparem, com autorização do proprietário, a área da propriedade.

Tendo em vista o avanço da discussão sobre as questões de gênero e a situação das mulheres camponesas contra o machismo no campo, esta pesquisa tem o objetivo de colher relatos pessoais e analisar a situação das mulheres assentadas no Assentamento Padre Nilo Scur do ponto de vista da sua inserção naquele meio social e suas trajetórias até então. Busca-se, assim, compreender a especificidade deste assunto no processo de luta pela terra, que, por si só, enseja o empoderamento feminino, mas que também coloca as mulheres em oposição às limitações que a cultura patriarcal lhes impõe.

acampados estavam presentes na última missa ministrada pelo pároco, que sofreu um acidente automobilístico em seu retorno a Iporá.

² É possível que o limite entre os municípios esteja incorreto, como é comum em alguns limites municipais. Ao que parece, o limite tem como parâmetro o divisor de águas, como se pode ver na imagem de satélite da figura 1. Assim, pode-se considerar que o assentamento está apenas no município de Iporá.

³ As regiões geográficas intermediárias e imediatas foram apresentadas em 2017 pelo IBGE, como a atualização da divisão regional do Brasil, em substituição à divisão regional em mesorregiões e microrregiões, que estavam em vigor desde 1989.

ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA PADRE NILO SCUR - IPORÁ-GO - 2017

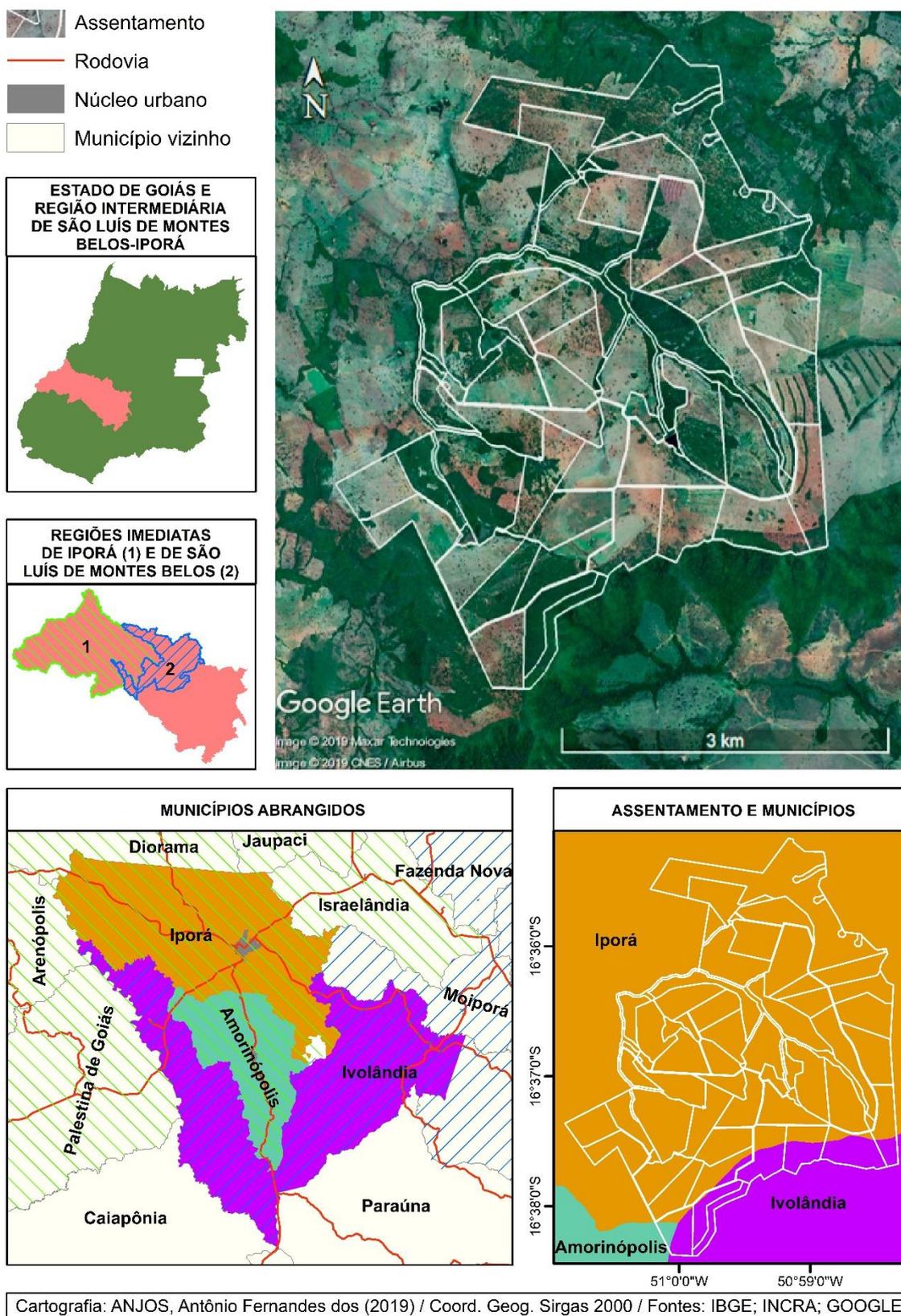


Figura 1 – Localização do Assentamento Padre Nilo Scur

Caminhos metodológicos

Do ponto de vista do método, atém-se ao materialismo histórico e dialético, tendo como base a teoria social marxista de corte humanista. A metodologia baseou-se em revisão bibliográfica relativa à luta pela terra no Brasil e em Goiás e temas de geografia agrária em geral. Para o levantamento e tratamento de informações de campo a pesquisa utilizou-se de metodologias da pesquisa qualitativa, em especial a pesquisa participante. Essa abordagem exerce papel fundamental dentro da Geografia, especificamente na Geografia Agrária, por ter um caráter educativo e reflexivo, como destaca Brandão (2009, p. 54):

[...] a pesquisa participante é um momento de trabalhos de educação popular realizada junto com e a serviço de comunidades, grupos e movimentos sociais, em geral, populares. É do constante diálogo não doutrinário de parte a parte que um consenso sempre dinâmico e modificável deve ir sendo também construído.

A experiência com a questão agrária local foi mediada pelo projeto “Luta pela terra, território e reforma agrária na Região Oeste Goiano, Goiás”, desenvolvido na Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá. O projeto tinha como objetivo estreitar a relação entre a universidade e os assentados e acampados na região. Neste sentido, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) as visitas foram encaminhadas, não apenas a este assentamento, mas também a outros e a acampamentos da região, nas cidades de Arenópolis, Piranhas, Doverlândia e Caiapônia. Contudo, privilegiou-se, no presente estudo, a discussão sobre o assentamento Padre Nilo Scur, em Iporá.

Em uma dessas reuniões no assentamento foi exibido o documentário “Terra para Rose”, dirigido por Tetê Moraes. O filme apresenta a participação de diversas trabalhadores e trabalhadoras sem-terra no conflito da fazenda Anoni, no estado de Rio Grande do Sul. A figura central é Roseli Celeste Nunes da Sila (1954-1987), uma acampada do Movimento Sem-Terra (MST) que teve sua luta interrompida, sua morte envolve muitas dúvidas e questionamentos, não tendo sido provado tratar-se de mero acidente ou, de fato, um assassinato cometido por aqueles cujos interesses eram ameaçados também por sua luta. O filme é uma maneira de retratar a perspectiva das mulheres, atribuindo-lhe um sentido político, que não apenas a luta pela terra, mas a valorização da participação feminina nas lutas sociais. Após sua exibição as assentadas comentaram o quanto se identificaram com Rose, já que ela foi uma mulher engajada e

determinada, remetendo às experiências já vividas por elas enquanto ainda estavam acampadas, lutando pela conquista da terra. Em outra visita ao Assentamento pudemos mostrar a história de outra mulher que é símbolo de luta e resistência: Margarida Maria Alves (1933-1983). Margarida lutava pelos direitos das trabalhadoras e trabalhadores do campo, foi assassinada na frente de sua casa depois de uma série de ameaças contra sua luta. Rose e Margarida e tantas outras mulheres são lembradas como símbolo de luta e resistência e inspiram muitas trabalhadoras e trabalhadores.

Durante as visitas ao Assentamento foi possível expor informações sobre reforma agrária e a estrutura fundiária brasileira e goiana, assuntos dos quais muitas não tinham conhecimento. Como reciprocidade, foi possível conhecer as tantas faces da luta pela terra a partir dos olhos e histórias destas mulheres. Nas conversas as assentadas relataram como foi a trajetória até a conquista da terra; muitas delas, durante os relatos, se emocionaram ao lembrarem como era estar acampada, mas se orgulham do que viveram. Também relataram como é o dia a dia na parcela, como manejam a terra, seus quintais agroecológicos e animais. Falaram do que pensam sobre ser mulher na luta pela terra e quais desafios enfrentaram. Todas, ao final das entrevistas, falaram que se pudessem aconselhar uma acampada seria para que não desistisse do sonho, por mais difícil que seja. Todas estas experiências acrescentaram à evolução da pesquisa e ao entendimento do papel da mulher na luta pela terra e os desafios e conquistas que as alcançam.

Luta pela terra no contexto agrário brasileiro

A desigual estrutura fundiária brasileira se estende mesmo com intervenções de políticas públicas, pois estas nunca privilegiaram o acesso à terra por parte dos camponeses. Em contrapartida os trabalhadores do campo, os sem-terra, se organizaram na luta por seus direitos, identidade, dignidade, em busca do seu maior sonho: a terra. Mas essa conquista vai além de ser um proprietário, posto que a conquista e a manutenção de sua condição de camponês e camponesa também diz respeito ao lugar deles como cidadãos, que são capazes de criar espaços sociais, resgatar suas identidades de camponesas. Comumente, a falta de crédito público determina o insucesso de muitas famílias assentadas. Fernandes (2001, p. 23, 24) aponta que a questão agrária corresponde a:

Um conjunto de problemas relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento na agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade da vida e a dignidade humana.

De fato, a terra não é apenas um instrumento de produção ou trabalho. A terra é o lugar de um modo de vida, uma moradia, algo que é capaz de dar sentido à existência. Esses sentidos são constituídos no processo de luta e na construção simbólica e histórica desse lugar de pertencimento.

A luta incessante e a resistência na terra em todo o país revelam o descaso e a violência contra populações camponesas, indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Apesar de vivenciarmos no país um cenário de incertezas e concretização de ameaças que atingem diretamente aqueles que são dependentes de políticas públicas, ainda percebemos que há resistência e luta. Fernandes (2001 p. 19-20) ressalta que:

[...] aumentar o número de agricultores e sua participação na distribuição de terras e na economia agropecuária é fundamental para corrigir os problemas agrários gerados pela lógica da produção capitalista. Nesse sentido, para o paradigma da questão agrária, o problema das desigualdades é gerado nas relações de subalternidade imposta pelo capital, que elimina parte importante dos agricultores. Por essa compreensão, um dos movimentos camponeses mais atuantes do Brasil – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – tem feito da ocupação de terra a principal forma de acesso à terra no Brasil. São essas ações que têm mantido a reforma agrária na pauta política do governo brasileiro.

A atual conjuntura política traz à tona as preocupantes iniciativas contra o trabalhador do campo, que vive da agricultura familiar e colabora diretamente com a soberania e segurança alimentar. Essas iniciativas vêm favorecendo o padrão latifundiário, afrouxando as leis que envolvem questões ambientais, agrárias e também o fortalecimento da liberação do uso de agrotóxicos que em muitos países são terrivelmente proibidos.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ganha destaque por ser fruto de experiências das lutas cotidianas, carregando nacionalmente as marcas da resistência e da luta. Conta com o apoio de outras organizações internacionais, como a Via Campesina, e nacionais, como a CPT. Entende-se que o MST é uma entidade de

defesa dos direitos humanos, direito à posse da terra, direito de nela permanecer e trabalhar, e direito ao trabalho com condições dignas, desempenhando papel fundamental na luta pela terra e assistência aos assentados e assentadas.

Para as mulheres, a trajetória e o dia a dia na luta são desgastantes. Conforme observamos na figura 2, a instituição de novos assentamentos de reforma agrária no Brasil, desde a redemocratização, segue um padrão que aponta para uma maior efetividade nessas ações nos inícios de governos, seguindo-se a uma vertiginosa diminuição. Isso demonstra a relação dialética entre as demandas sociais no campo e a pressão política da elite agrária brasileira, que resulta na manutenção do status quo no campo. Houve uma rápida queda na criação de assentamentos nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), desde 2003, mesmo que a reforma agrária fosse uma de suas bandeiras.

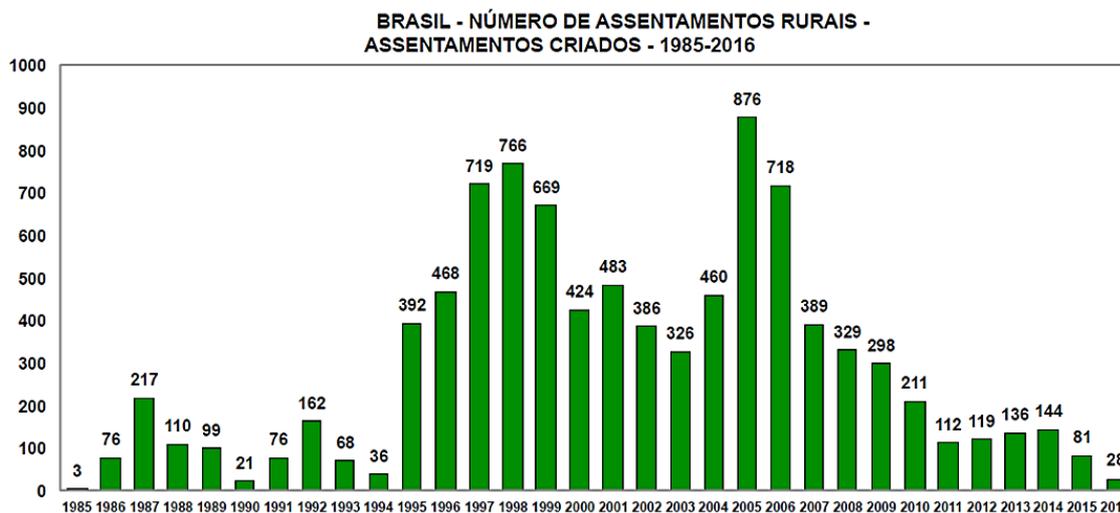


Figura 2 – Número de assentamentos rurais em projetos de reforma agrária no Brasil entre 1985 e 2016

Fonte: Dataluta (2017)

Em Goiás a estrutura fundiária é altamente concentrada e a reforma agrária realizada não tem sido abrangente, havendo anos em que poucas famílias são assentadas (figura 3). De acordo com o Incra (2019), o estado de Goiás conta com 308 assentamentos pela reforma agrária, totalizando 13.019 famílias assentadas. Apesar da concentração de terras e da presença marcante do latifúndio na região, contamos com 73 assentamentos distribuídos na Região de Planejamento Oeste Goiano⁴, um deles o Assentamento Padre Nilo Scur, recorte espacial da pesquisa.

⁴ As Regiões de Planejamento do estado de Goiás foram instituídas no início da década de 2000 pela Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (Segplan), em função da inadequação da

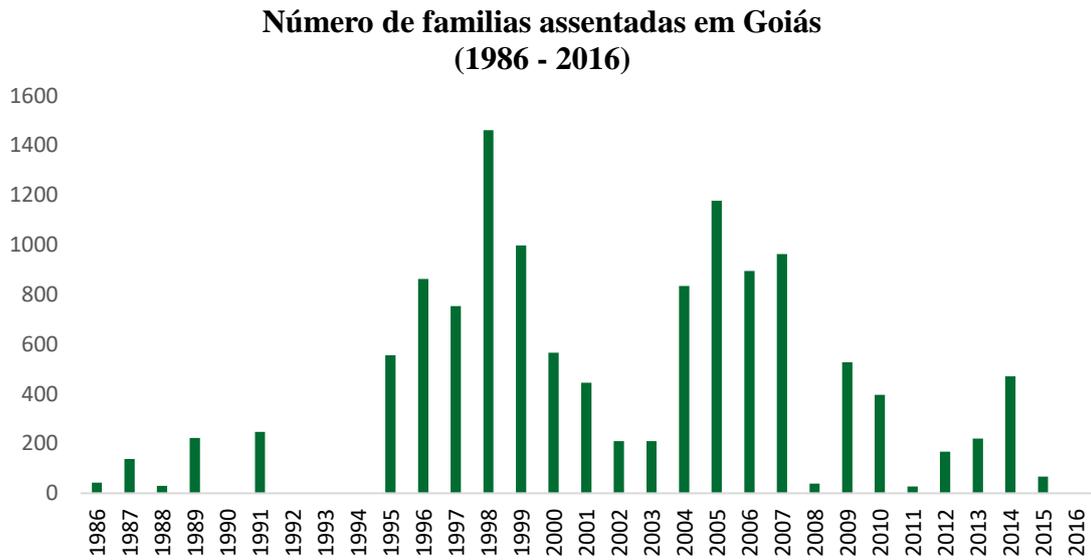


Figura 3 – Número de famílias assentadas pela reforma agrária no estado de Goiás nos anos 1986 a 2016

Fonte: Incra (2017)

Relação de gênero na sociedade brasileira e na luta pela terra

A partir da Revolução Francesa (1789-1799) as mulheres começaram a questionar sua posição na sociedade, o que foi um impulso para que muitas destas fossem à luta reivindicando seus direitos. Desde então a luta das mulheres por igualdade alcançou grandes conquistas, mas a caminhada ainda é longa quando se pensa na posição em que muitas delas se encontram hoje. Como afirma Pinto (2010, p. 15), “ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas”. Tiburi (2018, p. 34) atenta que “no passado existiram lutadoras incomuns, pessoas que se tornaram exemplos, mulheres a quem devemos nosso lugar. Estamos unidas às feministas do passado e às do futuro”. No período entre o final do século XIX e século XX, a partir das profundas transformações sociais, científicas, econômicas e espaciais é que as mulheres começaram a refletir e se posicionar, questionando os modelos sociais e submissões impostos e elas.

divisão regional em mesorregiões e microrregiões. A metodologia é simplificada, pois considera, sobretudo, os grandes eixos rodoviários. Em 2017 o IBGE instituiu a divisão regional em regiões intermediárias e imediatas, que reflete melhor a dinâmica da rede urbana brasileira. No entanto, os dados do blog do Incra ainda estão considerando as regiões de planejamento da Segplan.

Desde a década de 1960 os discursos feministas e lutas se intensificaram. As mulheres lutavam por igualdade social, direitos e começaram a discutir temas como maternidade, mercado de trabalho e liberdade sexual. Intensificaram o debate sobre o conceito de coletividade, a base para a união das mulheres em um movimento real e abrangente. A partir da década de 1990 observamos um posicionamento do movimento de luta feminina pela busca da liberdade total de escolhas, para que fossem donas de si e dos seus corpos. Em sua obra *Calibã e a Bruxa*, Federici (2017, p. 31, 32) ressalta que:

Desde o início do movimento de mulheres, as ativistas e teóricas feministas viram o conceito de “corpo” como uma chave para compreender as raízes do domínio masculino e da construção da identidade social feminina. Para além das diferenças ideológicas cegaram à conclusão de que a categorização hierárquica das faculdades humanas e a identificação das mulheres com uma concepção degradada da realidade corporal foi historicamente instrumental para a consolidação do poder patriarcal e para a exploração masculina do trabalho feminino. Desse modo, a análise da sexualidade, da procriação e da maternidade foi colocada no centro da teoria feminista e da história das mulheres. Em particular, as feministas colocaram em evidência e denunciaram as estratégias e a violência por meio das técnicas de poder e das relações de poder.

As pautas feministas colocam em questão muito do que já foi considerado parte da normalidade, causando um estranhamento no seio da própria sociedade, que resiste a isso, mas também acaba por estabelecer novos consensos nas esferas pública e privada. Atualmente observa-se, por exemplo, uma grande relutância de parte da sociedade brasileira em aceitar a existência de uma cultura do estupro. Há ainda grande rejeição às manifestações de grupos feministas, mesmo por parte de mulheres, já que o movimento é normalmente atrelado à esquerda política no país, tendo como contrários os conservadores, como aponta Tiburi (2018, p. 27):

O feminismo organiza um impulso perigoso à ordem dada como natural. Por isso, conservadores constantemente se apropriam do feminismo, tentam capturá-lo e transformá-lo em mercadoria. Na impossibilidade de fazer dele algo palatável ao mercado, o feminismo é transformado por seus detratores em uma excrescência inútil. Sabemos que o sistema econômico e político de nossa época, ao qual damos o nome de capitalismo, precisa transformar em excrescência e inutilidade tudo aquilo que o ameaça.

Mesmo com todas as conquistas obtidas por meio da luta pelos direitos, muitas mulheres criticam o movimento feminista e se dizem “não feministas”. Nas palavras de Rago (2003, p. 1):

É bem possível que se [alguém] fizer entrevistas com muitas [mulheres hoje atuantes não apenas na esfera doméstica], especialmente com as mais jovens, concluirá que não se consideram feministas e que nem mesmo conhecem a história do feminismo no Brasil, afinal este não é um país onde o sentido histórico seja predominante. De qualquer modo, esse desconhecimento não deve levá-la a concluir que o movimento feminista não tenha tido um forte impacto sobre as estruturas socioeconômicas, sobre as instituições políticas e principalmente sobre o modo de pensar no país e que não esteja em plena ebulição ganhando cada vez maior número de adeptas, militantes e associadas.

Para a concretização da discussão de gênero e do papel da mulher no âmbito da questão agrária no Brasil, um número considerável de trabalhadoras rurais militantes do MST, se articulou numa estrutura organizativa específica, chamada Coletivo de Gênero. É um espaço de poder que as identifica e impõe coletivamente, para que se empoderem no meio de um movimento social liderado predominantemente por homens. É a luta por dentro da luta. Essa movimentação encoraja mulheres de todo os cantos a se mobilizarem e ganharem espaço no meio camponês. O departamento rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foram as primeiras organizações a mobilizar as mulheres sob as bandeiras de reconhecimento e defesa dos seus direitos. A organização feminina dentro da reforma agrária tem ganhado visibilidade, como na criação, em 2004, do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC-Brasil), cujas raízes remontam à década de 1980. Boni (2003) ainda afirma que:

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) possui uma história de luta de quase três décadas. Neste percurso, muitas foram as suas reivindicações e bandeiras de luta, como as militantes camponesas costumam se referir. Percebemos, neste espaço de tempo, conquistas importantes no campo dos direitos trabalhistas, especialmente inserção das mulheres camponesas como seguradas especiais da previdência. (BONI, 2003, p. 68)

A divisão sexual do trabalho é o princípio organizador da desigualdade entre homens e mulheres, uma vez que dá legitimidade às práticas cotidianas de segregação das mulheres nos espaços laborais, baseados em representações de estereótipos e imagens de gênero. Uma leitura feminista deste fenômeno nos leva a pensar o caráter discriminatório desta segregação dentro do movimento de luta pela terra e da sociedade em geral. Conforme Boni (2003), o MMC - Brasil indica a vontade de superação desta

segregação, que se apresenta de forma complexa na prática diária dessas militantes, em função de resistências que sofrem nas suas comunidades e mesmo em seus lares. A discussão nos faz pensar sobre papéis específicos gerados a partir do gênero. As relações de poder mediadas pelo preconceito com a mulher, pelo conservadorismo e pela cultura do machismo são oriundos da imposição destes papéis. Por conta disso, no campo, onde observamos uma organização familiar marcadamente patriarcal, existe uma resistência para abordagem do tema; discutir relações de gênero se torna algo superficial.

Para Schwendler (2015), quando tratamos do papel da mulher, não nos referimos apenas ao feminismo que se encontra cada vez mais em ação, mas também à discussão de gênero dentro da luta social pela terra, já que as mulheres se tornaram fundamentais dentro dos espaços de reforma agrária – sejam em assentamentos ou acampamentos –, e têm ganhado voz para debater sua posição social e política.

Percebe-se, então, que as experiências de luta em torno das discussões de gênero, feminismo e do papel da mulher nas relações no território são impulsionadoras de transformações territoriais, culturais, simbólicas e representacionais. E no campo, a constituição desses sujeitos sociais no processo de identificação enquanto mulheres assentadas é mediada por relações de classe, etnia e gênero. Não são identidades individuais, mas estão circunscritas na coletividade do assentamento.

Narrativas da terra: histórias de luta e resistência das assentadas

As mulheres trabalhadoras que formam parte do processo de luta pela terra, sejam acampadas, assentadas ou militantes de movimentos sociais, enfrentam limitações diferenciadas das dos homens. Como classe, as mulheres são exploradas assim como os homens, seus companheiros de luta; no entanto, sofrem de forma desigual, pois pesa sobre elas o estereótipo que tanto a sociedade quanto a família lhes impõem. O capitalismo se apropriou desigualmente da divisão sexual do trabalho e, à mulher, longe de emancipá-la, explora mais ferozmente.

Apesar da subvalorização do seu trabalho, as mulheres têm se organizado e ganhado destaque nas lutas sociais do assentamento. Trata-se da construção de um modelo de ação feminino que se adéqua às necessidades que são sentidas pelas camponesas, seja no âmbito familiar ou nas relações comunitárias.

A CPT acompanha o assentamento desde 2013. A partir desta parceria os assentados puderam melhorar suas técnicas de cuidado com a terra, combate a pragas,

recuperação de nascentes, noções de agroecologia, identidade social e a prática do cooperativismo. Irmã Dirlene, uma das representantes da CPT na região salienta que:

No campo as principais atividades femininas são as de trabalho doméstico, cuidados com a casa e com a família, e a produção de agricultura de autoconsumo. Por essas atividades não apresentarem um resultado monetário elas não são visíveis, na verdade são às vezes desvalorizadas. É certo que a luta pela reforma agrária cresceu graças à participação da mulher nos acampamentos e assentamentos. Algumas têm papel de destaque nessa luta, e outras estão tentando seguir o mesmo caminho, pois elas participam deste movimento desde as etapas de produção, do planejamento, até a comercialização dos produtos. Sem contar que as mesmas mãos calejadas pelo trabalho na roça são as que cuidam das crianças e das atividades domésticas nos assentamentos. A mulher rural não tem muitas oportunidades de desenvolver e manifestar suas potencialidades, porém, as mulheres assentadas se destacam. Sua participação ativa, seja nos momentos de acampamento, seja no momento inicial da construção dos assentamentos, contribuiu para o fortalecimento do coletivo. (Informação verbal)⁵

A situação de estar em um acampamento é uma das marcas do movimento sem-terra; é um espaço que representa claramente a luta e o sonho. Como aponta Oliveira (2001, p. 194), “nos acampamentos os camponeses encontram na luta, a soldagem política de uma aliança histórica”. Interrogadas sobre como era estar acampadas muitas assentadas se emocionaram ao lembrarem alguns fatos. Dona Rosilda (Figura 4) conta um pouco como foi este período para ela:

Eu lembro quando tava acampada na beira da estrada. A gente dormia nos barracos de lona, direto tinha bicho que era mais esperto que a gente e dava jeito de assustar todo mundo (risos). A gente ri hoje, mas era muito duro, sabe?! Às vezes de madrugada passava gente dando tiro pro nosso rumo... Eu fiquei no [acampamento] Campo Limpo desde o começo, acompanhei tudinho, só os primeiros dias que não. E foi bem quando tiveram alguns embates com a polícia. Aquela dificuldade do começo. Depois era um ou outro fazendeiro que implicava com a gente. O povo não vê bem a gente que é sem-terra, pensam que a gente é tudo à toa e baderneiro. Já me apontaram na rua. Parece que eles não entendem que a gente tá ali buscando um direito nosso... Se a gente fica acampado é porque acredita que a terra um dia vem, e veio né?! Hoje eu sou assentada. (Informação verbal)⁶

⁵ Irmã Dirlene, Agente da CPT regional da Diocese de São Luís de Montes Belos-Go, em maio de 2019.

⁶ Dona Rosilda. Assentamento Padre Nilo Scur, Iporá-GO, em fevereiro de 2019.

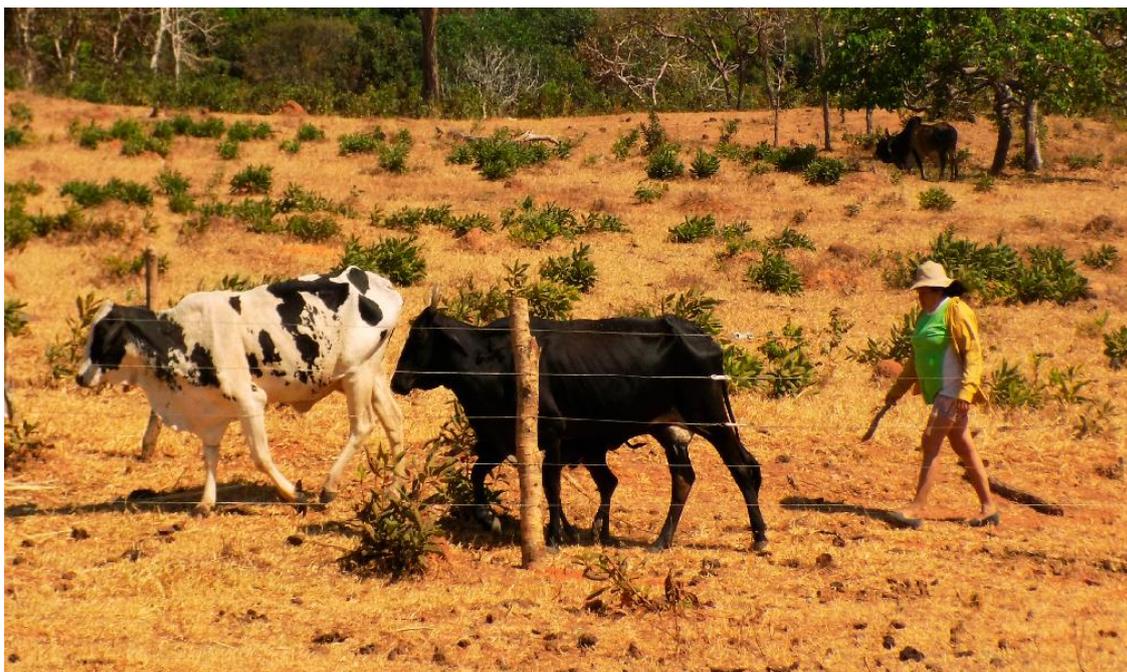


Figura 4 – Dona Rosilda em sua parcela. Cada animal é conhecido por seu comportamento, recebe um nome. Sobre solo arenoso e cheio de pedregulhos cresce uma pastagem pouco vigorosa, disputando espaço com plantas do Cerrado.

Crédito da imagem: Os autores (2019)

Outra assentada, Dona Nega, como gosta de ser chamada, teve uma experiência anterior como acampada, então pelo MST, e conta que:

Lá dentro do acampamento se você amanhecesse sem o feijão, não precisava pensar que ia ficar sem comer, porque a gente era muito unido, sempre se ajudava. Eu aprendi muito acampada. Eu comecei numa ocupação do MST, fiquei 10 anos nessa vida de acampada e já vi muita coisa. Aqui no Campo Limpo foi quase dois anos de acampamento. Eu que levantei nosso barraco e ficava lá. A gente até tentava plantar alguma coisinha lá no acampamento, mas era muito difícil, não tinha água direito, e tudo mais. Era tudo muito difícil. Já vi fazendeiro querendo matar a gente. Já vi a polícia trabalhando pra fazendeiro. E nessa história quem sempre leva tiro é o pobre e trabalhador. Hoje eu tô assentada e é muito gratificante. Queria que a reforma agrária funcionasse mais... (Informação verbal)⁷

A agroecologia é incentivada no acampamento pela Embrapa e CPT, por ser mais adequada à pequena produção. Esse sistema de manejo representa uma ruptura com o modelo de desenvolvimento rural baseado na monocultura, no latifúndio, no agronegócio e na exclusão social ao contrário disso, baseia-se na inclusão e no tornar possível uma forma acessível de produção. Interrogada sobre o que representa plantar e colher na sua terra, Dona Cleusa (Figura 5) conta que:

⁷ Dona Nega. Assentamento Padre Nilo Scur, Iporá/GO, em fevereiro de 2019.

Aqui vive eu e meu 'véio'. Ter nossa terrinha pra produzir é a realização de um sonho, não me vejo em outro lugar sem ser aqui. A gente conseguiu recuperar uma das nascentes aqui do assentamento, o que foi algo muito bom pra todo mundo. Porque água é muito importante pra gente que vive na terra. Eu duvido que o antigo proprietário tava tendo cuidado com as nascentes igual a gente tem. Aqui eu planto de tudo, e olha que quando a gente chegou falaram que a terra era ruim e que a gente não ia colher nada. Falaram que aqui era só areia. Hoje a nossa [parcela] é a que mais produz variedade. E aqui a gente produz alimento bom, não usa aqueles veneno que esse povo coloca, não; a gente sabe que aquilo faz mal pra saúde. E é dos princípios que a gente aprende com a agroecologia. Quando a gente chegou aqui dentro da parcela a gente não sabia nem por onde começar. Dormimos no barraco de lona um bom tempo, até que a gente foi conseguindo dar conta. Foi e continua sendo muita luta, mas vale a pena! (Informação verbal)⁸



Figura 5 – Dona Cleusa em seu quintal agroecológico. Com seu esposo, Sr. Juvenil, produz grande variedade de frutas, verduras, legumes, que crescem lado a lado. Criam também algumas vagas, porcos e galinhas.

Crédito da imagem: os autores (2019)

⁸ Dona Cleusa. Assentamento Padre Nilo Scur, Iporá/GO, em fevereiro de 2019.

Superar a divisão sexual de trabalho no campo significa, sobretudo, romper com a hierarquia existente entre as tarefas de homens e mulheres e, ainda, reconhecer que essa é resultante de construções sociais baseadas no patriarcalismo. Na reprodução material da vida é que se percebe a relevância do trabalho de milhares de camponesas: semeiam, adubam, colhem, negociam e assumem boa parte do orçamento doméstico. A atuação das mulheres como elemento central no modelo de produção agroecológico torna mais valorizadas suas habilidades. A esse respeito, relata Dona Zenaide, outra assentada:

Eu também ganho meu dinheirinho por fora: faço doce de mamão, de casca de laranja, figo. O que eu plantar e der pra fazer doce, eu tô fazendo (risos). Eu vendo sempre pra uns conhecidos da cidade, e dou pra uns amigos aqui do assentamento também. É muita satisfação a gente plantar, cuidar, ver crescer e depois poder colher algo que é nosso e estar num lugar nosso também. Sem contar que é um dinheirinho pro mês, né? Tem um monte de coisa que eu já consegui comprar aqui pra casa por causa desse dinheiro. Eu acho que a mulher tem que ter autonomia até com seu dinheirinho mesmo. A gente não quer viver às custas do marido. Eu não. (Informação verbal)⁹

Dona Cleusa (figura 5, acima) faz questão de ressaltar que:

Eu planto de tudo na minha parcela, desde minhas flores até o que comer mesmo. Mas eu me orgulho mesmo é das minhas pimentas. Tem vez que esses pés ficam carregadinhos e coloridos. E é com a venda delas que eu ganho meu dinheiro, e é uma baita ajuda na renda mensal aqui. Meu véio faz uns serviços pra fora também, mas eu sei que o dinheiro que eu ganho com a horta, as pimentas, mandioca, é o que salva nossa renda várias vezes. Ter nosso chão pra plantar e poder colher e ainda poder ganhar um dinheirinho é a compensação do tempo que a gente ficou acampado. (Informação verbal)¹⁰

As trajetórias individuais são interseccionadas por discursos, práticas e representações que se estabelecem, assim, no social e na própria coletividade que se estrutura nos assentamentos. A constituição dessas sujeitas no processo de identificação enquanto mulheres assentadas é mediada por relações de classe, raça, gênero. São identidades individuais, mas estão circunscritas na coletividade. Essas experiências de luta são impulsionadoras de transformações culturais, simbólicas e representacionais. Como afirma Rita (figura 6), uma das assentadas:

⁹ Dona Zenaide. Assentamento Padre Nilo Scur, Iporá/GO, em fevereiro de 2019.

¹⁰ Dona Cleusa. Assentamento Padre Nilo Scur, Iporá/GO, em fevereiro de 2019.

Eu faço meu artesanato de cabaça também, as bonecas que eu chamo de minhas “negas”; eu as desenvolvi com base na minha pele negra, todas as minhas peças têm minha cor. Além delas eu faço luminárias também, tudo de cabaça do meu quintal. Eu acredito que a mulher do campo tem se reinventado; eu não quero viver atrás do meu marido sempre, quero estar do lado, pareada com ele. Aqui no assentamento a gente vê muitas mulheres fortes, me orgulho muito delas! Eu já faço meus artesanatos há cinco anos, e represento a região em muitos eventos e feiras de comercialização de produtos aqui em Goiás. Também ensino artesanato para um grupo de idosas na cidade de Amorinópolis; acredito que não tem idade e nem identidade rural ou urbana pra gente poder trabalhar e ter nossa renda própria. (Informação verbal)¹¹



Figura 6 – Rita, na Feira Agro Centro-Oeste, em maio de 2019, comercializando seus produtos artesanais

Crédito da imagem: os autores (2019)

A partir da troca de saberes e experiências com as assentadas do Padre Nilo Scur fica claro o quanto o papel da mulher tem tomado novas formas e direções. O fato de muitos dos seus trabalhos se converterem em valor de troca, dando-lhes renda, abre-lhes caminhos para o reconhecimento das suas autonomias, já que a racionalidade capitalista cria equivalência entre a posse dos recursos e a autodeterminação do indivíduo. Mas talvez a grande diferença entre essas mulheres e as urbanas é que suas trajetórias de luta pela terra, o sucesso pessoal e coletivo, tenha imprimido-lhes considerável força e resiliência. Venceram até aqui e vêm na terra a base para novos passos.

¹¹ Rita. Assentamento Padre Nilo Scur, Iporá/GO, em fevereiro de 2019.

Considerações finais

Com os relatos das assentadas foi possível identificar que algumas delas possuem uma percepção mais estruturada da luta feminina, enquanto outras sabem que estão se empoderando, mas desconhecem o contexto em que isso está acontecendo, não chegando a se ver como feministas; mesmo assim, fazem parte dessa luta e são beneficiadas por um contexto maior no qual se inserem. Os ideais feministas adentram na estrutura social e moldam, aos poucos, os comportamentos. O meio social, a escola, as mídias populares, como novelas e filmes, trazem com naturalidade o que é de fato uma quebra com padrões de gênero antigos. As mulheres assentadas, em especial, por meio da luta pela terra, aprendem a lutar pelo seu empoderamento, tornando-se mais autônomas. Todas elas representam o inconformismo, a perseverança e a coragem; mulheres que marcharam adiante em busca do seu sonho.

O crescente envolvimento das mulheres nas discussões políticas, o posicionamento em movimentos sociais, revelam que a discussão de gênero tem ganhado importância, apesar de ainda não ter atingido o alcance desejado e necessário. É preciso avançar para reinventar as opiniões a respeito da posição da mulher, que partem da cultura, tradição, normas e regras. O campo e os movimentos sociais nele presentes não estão imunes a esses preconceitos sexistas, mas é necessário estimular a discussão neste meio e facilitar sua transformação.

A luta pela conquista da terra é gerada em torno da existência de uma identidade social, uma situação de vida que é comum a todos esses trabalhadores, seja mulher, seja homem. E é essa condição de igualdade que os faz se reconhecerem como atores participantes de uma mesma realidade. São homens e mulheres vindos de muitos lugares, que se reconheceram como integrantes de uma luta e, identificados com a busca por um futuro mais digno, tornaram-se sujeitos sociais coletivos, modificando a sua história e a da sociedade. As mulheres camponesas são caminhanças que aspiram uma vida de luta, de resistência e de reconhecimento do seu modo de vida, que reflete trajetórias marcadas por um duplo embate: a luta pela terra e pela sua dignidade enquanto mulher, na qual a terra e a práxis social que pode surgir dela, se coloca como um horizonte para uma forma renovada de estar no mundo.

Por fim, percebe-se que, sem dúvidas, as mulheres conquistaram o direito de ser mulher rompendo com as amarras que as dominaram durante muitos séculos. Com esse processo de evolução do protagonismo feminino, desconstrói-se o papel imposto sobre a

mulher na sociedade, que, por muito tempo, se resumia à execução de atividades domésticas desvalorizadas tidas como sua obrigação. A atuação dessas mulheres representa uma ruptura com a visão patriarcal imposta durante muito tempo, passando de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, ainda que nem sempre claramente expressa em suas falas.

Rosas, margaritas y el cultivo de la lucha: narrativas de mujeres del Asentamiento Padre Nilo Scur, en el condado de Iporá, em Goiás – Brasil

Resumen: La reforma agraria es un instrumento importante para la emancipación social y económica. La trayectoria de la lucha por la tierra en Brasil cuenta con la participación activa y valiente de mujeres trabajadoras del campo, sin tierra, militantes, acampadas y asentadas. Este artículo busca comprender la relación de género en el Asentamiento Padre Nilo Scur, en el municipio de Iporá, en Goiás, destacando el protagonismo femenino en el proceso de lucha por la tierra y la reforma agraria, a través de las historias de vida de las asentadas. A partir de visitas, intercambio de diálogos y saberes, fue posible escuchar narrativas de luchas, sueños, dramas y logros llevados a cabo por estas campesinas. Se puede ver que las mujeres asentadas se han ido empoderando, rompiendo con muchos de los lazos que las dominaron durante siglos. Aunque todavía enfrentan problemas relacionados con su condición de mujeres, las asentadas demuestran una buena satisfacción con la evolución de su autoestima en el proceso de lucha y conquista de la tierra. La autonomía del trabajo en la tierra ha permitido incrementar el papel de la mujer en la familia y la comunidad, deconstruyendo el desprecio histórico que las mujeres han enfrentado en la sociedad. La lucha de estas mujeres contribuye a la ruptura de la visión patriarcal impuesta durante mucho tiempo, pasando de una conciencia ingenua a una conciencia crítica, nacida de las nuevas condiciones de reproducción de la vida.

Palabras clave: Lucha por la tierra. Asentamiento rural. Mujer campesina.

Roses, Margaridas and the fighting cultivation: narratives of women from the Padre Nilo Scur rural settlement, in the municipality of Iporá, in Goiás - Brazil

Abstract: Agrarian reform, the struggle for land, is a political, social and economic process, but slow and forgotten in Brazil. From the active land, the agrarian reform and through the Brazilian territory counts on an active and courageous participation of the women in the field, without land, militants, encamped and favored by the policies of agrarian reform. Thus, the main one is understood as a meaningless gender discussion, evidencing the female protagonism without a process of struggle for land and agrarian reform, and bringing as life stories of those settled in the settlement of Padre Nilo Scur, in the municipality of Iporá, in Goiás from visits, exchanges of dialogues and knowledge, it was possible to hear narratives of struggle, dreams, dramas and achievements carried out by these peasant women. Finally, one can no doubt perceive women as conquered by the right to be women, as those who dominate many centuries, and deserve due to recognition. With this process of female protagonism, the concept of deconstruction socially imposed on the role of women in society, which for a long time, is only the role of the mother, housewife. The attention to women represents a rupture with the patriarchal vision imposed for a long time, passing through a naive conscience to a critical.

Keywords: Fight for land. Peasant women. Rural settlement.

Referências

BONI, V. Movimento de mulheres camponesas: um movimento camponês e feminista. **Grifos**, Chapecó, v. 22, n. 34/35, p. 67-88, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v22i34/35.1259>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BRANDÃO, C. R. **No Rancho Fundo**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009.

DATALUTA (Banco de Dados da Luta Pela Terra). **Relatório Brasil 2016**. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2016.pdf. Acesso em: 08 nov. 2019.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.

FERNANDES, B. M. **A questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FRANCO GARCÍA, M. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**: Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Tese (Doutorado em Geografia), Departamento de Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente, UNESP, 2004. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102966/garcia_mf_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 1 jun. 2019.

FRANCO GARCÍA, M. Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. 1, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.33026/peg.v3i0.796>. Acesso em: 1 jun. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2017**. Disponível em https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em 27/04/2020.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). **Números da Reforma Agrária em Goiás**. Disponível em: <https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/reforma-agraria-em-goias/>. Acesso em: 1 jun. 2019.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206. 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831>. Acesso em: 01 jun. 2019.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, v.18, n. 36, p.15- 23, jun.2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624>. Acesso em: 05 jun. 2019.

RAGO, M. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. **Labrys, Estudos Feministas**, n. 3, jan./jul., 2003. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/marga1.htm>. Acesso em 10 jun. 2019.

RUA, M. das G. ABRAMOVAY. Miriam. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de painéis"?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: Unesco, 2000. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000138.pdf>. Acesso em 10 jun. 2019.

SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 87-109, jan. /mar. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.39833>. Acesso em. 20 abr. 2019.

TIBURI, M. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 2018.

Sobre os autores

Anna Lígia Alves Coelho – Graduada em Geografia (UEG) e mestranda em Geografia (UFJ)

Antonio Fernandes dos Anjos – Doutor em Geografia e professor da Universidade Estadual de Goiás, unidade de Iporá.

Recebido para publicação em agosto de 2022
Aceito para publicação em dezembro de 2022